

A Influência Positiva dos Animais de Ajuda Social *

***Mariely Lima
Liliana de Sousa***

Nas últimas décadas, principalmente nas sociedades consideradas mais desenvolvidas, tem-se vindo a utilizar os animais, de forma sistematizada, em contextos terapêuticos e como auxiliares para minorar alguns efeitos de diversos tipos de deficiência. Em Portugal, apenas no final dos anos 1990, surgiu a primeira escola de treino de cães para auxiliar pessoas com deficiência visual e, em 2002, uma associação com o objectivo de treinar cães para acompanhar indivíduos com deficiência motora e auditiva, bem como para inserir estes animais em programas terapêuticos nas diversas áreas da saúde. Assim e atendendo ao carácter inovador desta área de intervenção no nosso país, propõe-se, neste texto, reflectir sobre a importância da relação homem-animal, responder a algumas imprecisões conceptuais sobre os múltiplos papéis que o animal pode assumir ao contribuir para o bem-estar humano e salientar os benefícios específicos do desempenho de um cão de assistência. Finalmente, será sublinhada a necessidade de estes processos serem alvo da aplicação de regras, definidas internacionalmente, que salvaguardem o sucesso deste tipo de intervenções.

* Este trabalho está inserido num programa de actividades co-financiado pela União Europeia e pelo estado português, no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2003.

RELAÇÃO HOMEM/ANIMAL

Seguramente, os hominídeos, desde a sua origem, sempre dependeram da interação que conseguiam manter com outras espécies. Esta interação, diversificada e condicionada pelas necessidades manifestadas no decorrer da sua evolução, caracterizava-se por uma relação de predação e, mais tarde, por relações de domesticação. Esta teve início há centenas de gerações e foi sendo realizada através do controlo da reprodução, da organização territorial e da alimentação dos animais a domesticar (e.g. Hart 1985). Muitas espécies, nomeadamente os herbívoros gregários, foram alvo deste processo, no entanto, o cão terá sido provavelmente um dos mais antigos animais a ter sido domesticado, sendo já utilizado na guarda das aglomerações humanas e na ajuda em tarefas de caça (Soczka 2003), talvez a simbiose mais antiga da nossa história (Morris 1994).

A evolução do homem e do seu modo de vida levou-o ao afastamento progressivo das zonas rurais e à concentração em focos populacionais maiores, traduzido num distanciamento relativamente à natureza e às outras espécies. Mais recentemente, o crescente desenvolvimento tecnológico, assim como a filosofia religiosa, tiveram como consequência o isolamento progressivo e efectivo do contexto natural, impedindo o homem de encarar os outros animais como tendo necessidades comparáveis às suas. A educação mecanicista de hoje tende a destruir os sentimentos positivos que a maior parte das crianças sente pela natureza, esquecendo que, nomeadamente, os animais são seres vivos que crescem e se adaptam e não simplesmente tecidos para experimentação (Fox 1976). Por outro lado, as relações familiares nucleares são cada vez mais restritas e assiste-se a uma ausência de vida comunitária. Nestas circunstâncias, um animal social como é o homem está completamente afastado das condições ideais para o seu desenvolvimento e adaptação. Frequentemente, surgem indicadores de mal-estar como o stress, a ansiedade, a falta de segurança e de relações interpessoais de qualidade que estão na origem, muitas vezes, do aparecimento de diversas patologias, como a depressão.

Por todas estas razões, se têm vindo a observar alterações significativas na percepção do homem em relação aos animais, coexistindo um aumento gradual de atitudes de simpatia para com estes e para com a natureza e um declínio, também gradual, das atitudes antropocêntricas que caracterizaram os períodos medieval e renascentista (Sallisbury 1994). Em consequência destas modifica-

ções no ambiente e a progressiva falta de contacto com o meio natural, surgiu um forte desejo de reactivar a relação com a natureza através da adopção de animais de companhia e, muitas vezes, do uso de objectos que simbolizam a vida em meio natural. Assim, na sociedade contemporânea ocidental, as crianças são desde muito cedo apresentadas com bonecos macios de diversas representações animais e, ao longo do desenvolvimento, encontram-nas reproduzidas ao seu redor, quer no vestuário, no papel de parede, nas cortinas, nas peças de decoração, quer em programas televisivos (Serpell 1996). Além disso, as visitas aos Jardins Zoológicos, aos Aquários e aos Museus de História Natural constituem uma forte atracção tanto de crianças como de adultos.

Segundo Levinson (1995), actualmente assiste-se a um exacerbado desejo de possuir um animal de companhia, de tal forma que a indústria relacionada com a satisfação destas múltiplas necessidades encontra-se em ascensão, assim como proliferam as clínicas veterinárias privadas especializadas nos cuidados a fornecer aos animais de estimação. Esta ligação crescente baseia-se no facto de serem seres vivos, cheios de movimento e vivacidade que, para além de activos, interagem com a espécie humana (Nebbe 2000). Para Beck e Katcher (1996), os animais possuem um conjunto de qualidades particulares, de onde se destaca 'o amor incondicional e espontâneo que manifestam em relação ao homem'. Além disso, os animais são capazes de ouvir o indivíduo sem o interromper, sem o 'bombardear' com inúmeras questões, não se sentindo na obrigação de partilhar as suas opiniões, nem de o obrigar a considerar perspectivas alternativas. Segundo Nebbe (2000), o animal tem a 'capacidade de fazer o ser humano sentir-se amado, respeitado, aceite, seguro e digno de atenção'.

Alguns estudos (e.g. Wilson e Turner 1998) sugerem como consequência do contacto com este tipo de animais um conjunto de benefícios visíveis a diversos níveis, nomeadamente a nível fisiológico, psicológico, social e comportamental. Embora ainda não se compreendam os mecanismos implícitos e as circunstâncias subjacentes, existem referências (para revisão ver Friedman 2000; Garrity e Stallones 1998) que indicam que possuir um animal de companhia implica um aumento da actividade física, um decréscimo da tensão arterial, dos níveis de colesterol e de triglicéridos, diminuindo o risco do aparecimento de doenças coronárias. A presença do animal de companhia proporciona momentos lúdicos, fazendo com que os in-

divíduos se sintam menos aborrecidos e assumam uma atitude mais activa nas tarefas diárias. Além disso, promove ainda a comunicação entre os indivíduos que, a propósito das características e capacidades do seu animal, entabulam conversas com mais facilidade, quer com amigos, quer com desconhecidos (e.g. Friedman, 2000; Garrity e Stallones 1998). Outros benefícios que são apontados por diversos autores relacionam-se com o facto de a presença do animal fazer decrescer a ansiedade e reduzir o sentimento de solidão. De igual forma, o animal permite ao indivíduo experimentar um contacto físico, seguro e apropriado, que irá facilitar o estabelecimento de relações inter-individuais. Actualmente, apesar do homem viver num mundo com biliões de pessoas, cada vez mais a distância que o separa dentro do mesmo espaço é maior. Desde muito cedo, os jovens aprendem a evitar o toque que, pela sua natureza, proporciona ao indivíduo uma sensação de calma e segurança, principalmente perante situações de stress ou grande ansiedade. Neste sentido e segundo Friedman (2000), o toque com o animal conduzirá a um estado de relaxamento, permitindo, de alguma forma, colmatar esta necessidade intrínseca da espécie humana.

O reconhecimento de que a interacção com o animal torna os indivíduos mais motivados para interagir, comunicar, expressar necessidades, informações e sentimentos deu origem à utilização de animais de estimação para a promoção da saúde – facto que assumiu relevância por volta dos anos 1960. No entanto, já no século XIX, um hospital psiquiátrico, conhecido pela sua dinâmica inovadora, introduziu animais de companhia com o objectivo de promover a sua interacção com os pacientes. Desta forma, estes adquiriram um maior auto-controlo e, posteriormente, generalizaram um conjunto de competências sociais em diferentes contextos (Levinson 1995). Outro relato pontual refere a introdução de cães num Centro de Reabilitação das Forças Aéreas Americanas, durante a 2ª Guerra Mundial, que se traduziu num aumento de bem-estar dos ex-combatentes, quando responsabilizados pelo cuidado e treino dos animais. Mas, como foi referido anteriormente, o uso sistematizado dos animais, quer como auxílio de indivíduos com diversos tipos de incapacidades, quer como complemento terapêutico, tem vindo, nos últimos anos, a tomar a forma de uma área do conhecimento específica que abrange a participação de várias áreas de conhecimento.

O CÃO DE ASSISTÊNCIA

A utilização cada vez mais frequente e variada de animais, no âmbito da promoção da saúde, nomeadamente de cães, trouxe novas preocupações conceptuais. Se, num passado ainda recente, se admitia o uso de várias designações referentes ao trabalho desempenhado pelos cães junto de pessoas com diversas incapacidades, hoje haverá um consenso relativamente ao termo *cão de assistência*. Trata-se de um animal individualmente treinado para realizar tarefas que aumentam a autonomia e a funcionalidade da pessoa com deficiência. Incluídas nesta definição mais geral, encontram-se outras relativas a situações de carácter mais específico, como sejam a de cão guia, cão de serviço e cão para surdos que auxiliam, respectivamente, indivíduos com deficiência visual, motora e auditiva. Nesta nomenclatura, encontram-se ainda inseridos os animais treinados para alertar, antecipadamente, ao aparecimento de sintomatologia, o início de um ataque de epilepsia ou de uma crise provocada por níveis altos ou baixos de glucose (Duncan e Allen 2000).

Para um cão poder ser considerado como 'de assistência' é fundamental que demonstre determinadas características físicas e comportamentais, nomeadamente compleição robusta e resistente, sem displasia da anca ou qualquer tipo de doença, carácter não agressivo, motivação para interagir de uma forma entusiasta com os humanos e elevadas capacidades de concentração e de aprendizagem. O comportamento e as aptidões físicas do Labrador e do Golden Retriever e, eventualmente, do Pastor Alemão, conjugam um vasto leque de requisitos que são compatíveis com as exigências referidas. Contudo, é imprescindível, para além de um acompanhamento veterinário sistemático, realizar uma selecção cuidada de cada cachorro a envolver nos programas de treino. Ao longo do seu desenvolvimento, o cachorro terá de permanecer junto da mãe e dos pares até aproximadamente os dois meses e meio, sendo alvo já da presença interactiva do homem. Durante este período, precisará ser avaliado do ponto de vista comportamental, através de testes, como por exemplo, o Puppy Aptitude Test de Campbell, que permite analisar traços como a dominância, a sociabilidade face aos humanos, a curiosidade, a resposta a estímulos novos, entre outros (Campbell 1975). E será, igualmente, de toda a conveniência que o cão provenha de linhagens conhecidas, cujos progenitores manifestem também um carácter adequado ao tipo de tarefas que o cachorro irá desempenhar.

Após a separação da mãe e dos pares, o cachorro deverá ser colocado, até aproximadamente os seis meses, nas denominadas Famílias de Acolhimento, caracterizadas por possuírem elementos de vários níveis etários, com disponibilidade para acompanharem os estádios precoces de desenvolvimento do cachorro, no sentido de fazerem progredir o processo de socialização com os humanos. Posteriormente, o cachorro passa para o treinador, com formação específica e credenciada para trabalhar com este tipo de cães, com quem permanecerá aproximadamente dez/doze meses. Estes cães devem ser treinados através de processos de aprendizagem que utilizem o reforço positivo, de modo a garantir que permaneçam alegres e motivados. Segundo Pryor (1996), um dos métodos adequados a este objectivo é o clicker training, baseado na utilização do reforço positivo que leva o animal a perceber a aprendizagem como algo agradável e que tem a vantagem de ser rápida e eficaz, comparativamente a outros métodos de treino. Uma vez apto a desempenhar as tarefas, de forma consistente e em qualquer contexto, segue-se o que se denomina por 'período de acoplamento', no qual o cão, técnicos de saúde, treinadores e pessoa com deficiência aperfeiçoam a relação da dupla final: cão/utente.

Estudos recentes (e.g. Sachs-Ericsson, Hansen e Fitzgerald 2002) confirmam que o facto de o cão de assistência poder desempenhar um vasto número de tarefas, como por exemplo, apanhar objectos do chão, puxar cadeira de rodas, abrir e fechar portas, retirar calçado, no caso de cães de serviço, ou alertar para o som da campainha, do telefone, do microondas ou de um bebé a chorar, no caso dos cães para surdos, aliado à companhia permanente, tem como consequência o usufruto, por parte da pessoa com deficiência, de múltiplos benefícios e a diversos níveis. Por um lado, como foi referido para o caso dos animais de companhia, o contacto físico com o animal traduz-se num decréscimo da tensão arterial, do batimento cardíaco e do ritmo respiratório e no aumento da temperatura das extremidades do corpo. Além disso, comprovou-se que os indivíduos que contactam diariamente com cães têm menores níveis de triglicéridos e de colesterol, assim como fazem menos visitas aos médicos e consomem menos medicamentos (e.g. Sachs-Ericsson, Hansen e Fitzgerald 2002). Por outro lado, a nível psicológico, os benefícios traduzem-se num aumento do auto-controlo, independência, auto-estima, auto-confiança, assertividade e participação em actividades da vida diária. A pessoa com deficiência, acompanhada do seu cão de assistência, aceita melhor a sua incapacidade, sentindo-se melhor consigo própria, mais

relaxada, mais capaz de lidar com o stress e com os riscos, menos deprimida, menos preocupada com a sua saúde, menos irritada e mais acompanhada (Valentine 1993; Mowry, Carnahan e Watson, 1994; Fairman e Huebner 2001; Lane, McNicholas e Collis 1998). Nestes estudos, as pessoas com deficiência referiram ter uma maior satisfação de vida depois de lhes ter sido entregue um cão de serviço, afirmando nunca mais se terem sentido sós. Ainda a nível social (Valentine, 1993; Mowry, Carnahan e Watson 1994; Fairman e Huebner 2001; Lane, McNicholas e Collis 1998), a presença de um cão de assistência facilita e promove as relações sociais, mesmo com desconhecidos, e faz aproximar quer amigos, quer os próprios familiares. Hart (2000) atribui ao animal o papel de 'magneto social', referindo que as pessoas estranhas se aproximam mais dos indivíduos com deficiência e iniciam, de forma natural, interações verbais, utilizando como tópico de conversação o cão. Nos EUA, um importante benefício indirecto referido no uso de um cão de assistência relaciona-se com o facto de os utentes diminuírem os seus encargos económicos nos apoios domiciliários que recebem e no tempo que os familiares disponibilizam na prestação de cuidados (Fairman e Huebner 2001). A pessoa com deficiência pode ainda sentir-se mais confortável e segura quando se desloca ao exterior, fora de casa, em companhia de um animal de assistência, usufruindo do suporte necessário para realizar um conjunto de tarefas sem depender de terceiros.

Em suma, os cães de assistência têm um impacto positivo na saúde dos indivíduos, bem estar psicológico, interações sociais, desempenho de actividades e participam em vários papéis da vida da pessoa com deficiência, em casa, como em todos os outros contextos. No entanto, para que tudo isto se possa concretizar é necessário que a comunidade e o estado estejam preparados para aceitar a presença deste tipo de cães em locais públicos, nomeadamente em transportes, hotéis, restaurantes, supermercados, sem ser necessário, para os indivíduos envolvidos, argumentar sistematicamente sobre a importância de se fazer acompanhar pelo seu cão de assistência.

ACTIVIDADES ASSISTIDAS POR ANIMAIS E TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse, por parte dos técnicos de saúde, em introduzir animais, principalmente cães, em contextos terapêuticos. A atenção por este tipo de recurso iniciou-se, de forma mais sistematizada, nos anos 1960, depois da publicação dos

estudos realizados por Levinson, no âmbito da psicoterapia infantil. Este clínico constatou, casualmente, os efeitos positivos que o seu cão Jingles provocou numa criança com dificuldades de comunicação, o que o levou a aplicar, com êxito, um programa terapêutico com a presença do animal (Levinson 1995). Muitos outros profissionais de saúde começaram a introduzir animais na sua prática clínica corrente, tendo originado confusão na terminologia e na definição de critérios relacionados com este tipo de intervenção. Por um lado, a quantidade de termos usados para descrever estes programas (pet therapy, pet assisted therapy, pet facilitated psychotherapy) tornou-se num obstáculo para a divulgação. Por outro lado, a introdução ‘selvagem’ do animal no contexto clínico e a falta de critérios na aplicação de programas levou muitos investigadores e técnicos de saúde a concluir sobre a necessidade de estabelecer um consenso, quanto à terminologia, requisitos e regras, que garantisse uma aplicação correcta e segura deste ‘complemento terapêutico’.

Em consequência desta falta de rigor, e conscientes da necessidade de aumentar a credibilidade e o profissionalismo desta prática clínica, foram criados em 1996, pela Delta Society, uma organização multidisciplinar para a investigação da ligação homem-animal, um conjunto de princípios que conduzem à distinção de duas formas de usar os animais em diferentes contextos: as Actividades Assistidas por Animais (AAA) e a Terapia Assistida por Animais (TAA). As AAA são actividades que visam, de modo informal, a mera obtenção de benefícios motivacionais, educacionais e recreativos, contribuindo para um aumento na qualidade de vida. Estas podem decorrer numa variedade de ambientes sob a responsabilidade de profissionais formados ou de voluntários credenciados que actuam em conjunto com animais criteriosamente seleccionados. A realização destas actividades não exige a prévia definição de objectivos específicos, nem a medição e o registo de resultados, podendo a mesma actividade ser repetida por diferentes indivíduos. Relativamente à TAA, a Delta Society (1996), define-a como uma intervenção dirigida por objectivos específicos, na qual o animal, sob critérios previamente determinados, é encarado como parte integrante do processo de tratamento. A aplicação de um programa de TAA deve ser efectuada exclusivamente por um técnico de saúde no âmbito da sua especialidade e destina-se a promover uma melhoria no funcionamento físico, social, emocional e/ou cognitivo, podendo decorrer numa diversidade de contextos e ser aplicada em grupo ou individualmente. Este processo deve ser documentado e avaliado de forma contínua.

Aparentemente, poderá parecer que as diferenças entre AAA e TAA são ténues, no entanto, existem factores cruciais que determinam a sua clivagem. Na TAA, o animal credenciado apenas deverá ser utilizado por profissionais, sejam eles médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, como parte integrante da sua especialidade. Tal facto significa que se considere TAA, por exemplo, quando um terapeuta da fala cria actividades com o objectivo específico de, nomeadamente, aumentar a interacção verbal com o paciente e AAA, se este mesmo técnico de saúde, na companhia de um animal e de uma forma informal, visitar um grupo de crianças, apresentando estas ou não problemas de comunicação (Delta Society 1996). A aplicação de programas de AAA e TAA é rigorosamente marcada pela necessidade de respeitar um conjunto comum de requisitos relativos ao animal, ao profissional de saúde, ao voluntário, ao treinador, ao utente/familiares e ao contexto.

Em intervenções assistidas por animais, várias são as espécies que podem responder de forma adequada aos propósitos do profissional, cuja concretização pode incluir desde a mera observação dos animais ou das suas fotografias até à interacção física entre a díade indivíduo/animal (e.g. Friedman 2000). Com este objectivo, podem ser utilizados peixes, pássaros, coelhos, cavalos, gatos, cães e golfinhos. Importa, no entanto, realçar o facto de, independentemente da espécie elegida para integrar estes programas, é fundamental que aquele tenha características físicas e comportamentais adequadas aos objectivos da intervenção, que manifeste um comportamento consistente e previsível e que sejam mínimos os riscos de transmissão zoonótica. Indubitavelmente que os cães são, na maior parte dos casos, a espécie mais eficaz para participar neste tipo de intervenção (Turner 2000), atendendo a que podem ser treinados com facilidade e, em simultâneo, ser incluídos em quase todos os tipos de contexto.

O valor terapêutico da interacção está também dependente do papel desempenhado pelo profissional que deverá, em colaboração com outros técnicos especialistas em áreas como o Comportamento animal, o Treino e a Medicina Veterinária, desenvolver um conjunto de competências que permitam realizar estes programas, nomeadamente 'estar à vontade' com o animal, saber controlá-lo e avaliar as suas necessidades, bem como os sintomas de stress (Fine 2000). Além disso, é fundamental que faça um levantamento exacto sobre as preferências relativamente aos animais, por parte dos intervenientes. De acordo com Hart (2000), muitas das nossas experiências passadas, desejos, medos e referências culturais condicionam, significativamente, os resultados obtidos na utilização dos animais co-terapeutas.

A espécie mais utilizada para realizar este tipo de intervenção é o cão, como foi referido. No entanto, a sua participação depende do trabalho realizado por treinadores que devem ter, por um lado, formação específica neste âmbito e, por outro, trabalhar em íntima colaboração com outros profissionais, de forma a garantirem um desempenho adequado na realização de tarefas específicas para cada um dos utentes. De igual importância é o levantamento das necessidades e expectativas manifestadas pela família e a receptividade à presença e colaboração do animal. A aceitação do valor terapêutico dos animais encontra, ainda hoje, uma forte resistência por parte dos familiares, que encaram, na maioria das vezes, este tipo de intervenção como inovador e de pouca credibilidade. Assim sendo e atendendo à relevância da participação da família, o profissional deverá informar em que consiste a AAA/TAA e dar a conhecer as inúmeras experiências que têm sido realizadas nestas áreas. É particularmente importante que os interlocutores compreendam que tanto a AAA como a TAA não constituem uma ameaça para os utentes e reconheçam os benefícios que podem advir da presença e da interacção com o animal.

Os programas de AAA podem ser implementados em numerosos ambientes especializados com populações diversas, o que implica uma avaliação prévia das características do meio e da dinâmica institucional. Struckus (1991) refere que as AAA em lares da terceira idade podem aumentar o bem estar físico, psicológico e social dos indivíduos que aí permanecem, nomeadamente no decréscimo dos efeitos negativos derivados do internamento, por vezes súbito, e do afastamento do idoso do seu anterior ambiente familiar. Em relação aos benefícios físicos deste tipo de actividade, Struckus (1991) afirma que o contacto com os animais proporciona uma fonte diversificada de estimulação sensorial e promove o exercício e a actividade física. Outros estudos (e.g. Haughie, Milne e Elliott 1992) referem que, a nível psicológico, a presença do animal aumenta a atenção e a concentração e, conseqüentemente, a activação mental, facilitando, por outro lado, a comunicação e diminuindo os sintomas depressivos. Zissleman et al. (1995) descrevem um conjunto de benefícios a nível social, de que se destaca o aumento da interacção interpessoal entre os idosos e entre estes e o pessoal da instituição, uma vez que os animais podem servir como tópico de conversação e diminuem os índices de stress dos cuidadores.

Nos EUA, onde, nomeadamente, é permitida a presença de animais para realizarem actividades assistidas em hospitais, Barba (1995) documenta que este tipo de actuação ajuda o doente nas suas capaci-

dades verbais, de memória e motoras, reduz o stress e constitui um factor de distracção. Atendendo a que o indivíduo em contexto hospitalar é dependente e está fisicamente limitado, o contacto com o animal proporciona ainda uma maior confiança em si próprio e um aumento na auto-estima. Os doentes terminais são também um tipo de população que pode beneficiar do contacto directo providenciado pelas AAA. Segundo Muschel (1984), a presença e a estimulação táctil proporcionada pelo animal minora o medo, o desespero, a solidão, os níveis de stress e o isolamento, para além de ajudarem estes indivíduos a aceitar os seus sentimentos relativamente à proximidade da morte.

As crianças institucionalizadas podem também usufruir de um vasto leque de vantagens a nível social, emocional e físico (Mallon 1994). No contexto escolar, as AAA podem adquirir uma importância fundamental, uma vez que permitem dar a entender às crianças que estamos tanto biológica como socialmente relacionados com as outras espécies e que estas têm comportamentos e necessidades, de alguma forma, homólogas às que os seres humanos possuem. O contacto mais próximo com os animais em contexto educacional poderá ser uma forma eficaz de compreender a complexidade comportamental, através de alguns processos de actuação, como por exemplo, a integração de um ou vários animais no ambiente físico escolar e a deslocação dos alunos a locais onde estes são mantidos. O uso de animais no contexto educativo implica que se valorize o animal como um elemento fundamental em todas as fases do processo. O animal pode ser uma fonte de inspiração e um modelo de actuação para os alunos; trata-se de um pedagogo que é susceptível de ser percebido e com quem se pode estabelecer uma relação que vai influenciar a percepção do meio natural e a necessidade da sua preservação.

Por sua vez, os programas de TAA podem ser aplicados em distintas áreas da saúde, como é o caso da psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, fisioterapia, enfermagem e ainda em áreas como a educação e o serviço social. De uma forma geral, pode-se, de acordo com Wilson e Turner (1998), referir que as sessões de TAA, quando devidamente planeadas, terão como consequência uma recuperação mais rápida em determinado tipo de patologias. No contexto terapêutico, a participação do animal ajuda a quebrar a desconfiança e o receio inicial do doente relativamente ao contexto clínico e facilita a interacção entre este e o profissional de saúde. A capacidade do animal de oferecer atenção, afectos não ameaçadores e aceitar cada pessoa tal como ela é permite criar uma relação de grande intimidade

e livre de observações, críticas ou juízos de valor (Nebbe, 2000). Todos estes factores contribuem para um aumento da motivação no indivíduo que mais facilmente assume um papel activo no processo de recuperação. Os animais podem ainda, através da sensação de segurança e calma que transmitem ao paciente, modificar o ambiente de trabalho, tornando-o mais aprazível e convidativo. De igual modo, os animais podem também modificar a percepção sobre os intervenientes no processo, na medida em que 'o terapeuta junto do animal se revela menos assustador e mais humano, assim como o paciente interagindo com o animal se torna menos doente e mais humano' (Beck e Katcher 1996). Por vezes, a sua presença origina situações que provocam o riso e/ou permitem ao indivíduo partilhar experiências, estabelecer relações de causalidade e experimentar as suas capacidades, através de jogos (Petrie 1993). Por outro lado, o animal pode igualmente despertar no indivíduo emoções dolorosas desempenhando, segundo Fine (2000), o papel de 'catalisador para a emoção'.

Os diferentes episódios vividos entre o animal e o terapeuta permitem, por sua vez, modelar comportamentos e exemplificar inúmeras estratégias. Em particular, envolver na relação terapeuta/animal comportamentos de firmeza, carinho, atenção e amor permitirá funcionar como exemplos demonstrativos para que o cliente desenvolva respostas e interações apropriadas (Fine 2000). A presença do animal pode ainda constituir mais um instrumento de avaliação, permitindo ao terapeuta obter dados significativos para uma mais ampla compreensão do caso. Segundo Garrity e Stallones (1998), 'observar o modo como o indivíduo se relaciona e interage com o animal pode fornecer ao terapeuta informações relevantes para a elaboração do diagnóstico'.

Actualmente, existe já um corpo importante de literatura que abrange distintos quadros patológicos, em diversas faixas etárias, e estudos clínicos que descrevem técnicas de intervenção em programas de reabilitação, nos quais o progresso do doente é quantificado (para revisão ver Hines e Fredrickson 1998). Neste sentido, foram descritos benefícios que incluíam uma melhoria do desempenho motor fino em crianças com alterações neuromotoras (Heimlich 2001), dos níveis de atenção em crianças hiperactivas (Katcher e Wilkins 1994), das competências comunicativas e sociais em crianças com espectro do autismo (Smith, 1983, Redeker e Goodman, 1989) e das interações sociais e níveis de auto-estima em crianças vítimas de violação (Reichert, 1994). Relativamente à população adulta vários estudos

documentam, igualmente, o aumento dos períodos de atenção em indivíduos adultos com deficiência mental (Bauman 1991), o aumento das produções verbais orais em indivíduos afásicos (Adams 1997) e o aumento do vocabulário utilizado, das produções verbais realizadas e ainda da capacidade de memória (quer a curto ou a longo prazo), no caso de doentes com Alzheimer (Fritz et al., 1995).

Apesar da expansão da pesquisa sobre os benefícios da aplicação de programas de TAA e AAA é ainda necessário que se continuem a realizar trabalhos neste âmbito que utilizem metodologias quantitativas e que incluam uma análise clínica das estratégias e técnicas utilizadas. O objectivo é que, no contexto terapêutico, o técnico de saúde seja rigoroso e criativo no planeamento das actividades a realizar, porque, tal como é enfatizado por Fine (2000), as aplicações deste tipo de intervenção são ilimitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de animais no âmbito da ajuda social exige que as equipas envolvidas neste trabalho observem determinados princípios fundamentais para que o processo, no conjunto dos intervenientes, decorra de uma forma eficaz. Em particular, é imprescindível salvaguardar as necessidades que apresenta um cachorro destinado à ajuda social. Em primeiro lugar, e como já foi referido, o animal deve conviver com a mãe e com os pares até aproximadamente os três meses, uma vez que este período de tempo é fundamental para a sua socialização intra-específica. Durante este estágio, deve também contactar com outras espécies, nomeadamente os seres humanos, no sentido de iniciar as relações inter-específicas, atendendo a que esta exposição irá permitir que, na sua vida como cão adulto, esteja facilitado a interacção e o convívio entre ambas as dimensões. A seguir à separação da mãe e dos pares, o cachorro deve ser educado de forma suave, mas eficaz, sem vivenciar ordens contraditórias, nem exigências que estejam ainda para além do seu processo de maturação. Quando o animal passa, finalmente, para o treinador, por volta dos seis meses, o processo de treino deve ser baseado em métodos de aprendizagem que utilizem o reforço positivo, de forma a não prejudicar a motivação e a forma alegre de encarar o ‘jogo de aprender’. Embora o tipo de tarefas que os cães têm de adquirir seja de aprendizagem difícil, é muito importante evitar que o animal experimente situações de stress.

Quando é entregue ao utente ou cumpre a sua tarefa como cão terapeuta, se tudo correr da forma anteriormente descrita, o animal

irá desempenhar a sua obrigação de forma empenhada. Em relação aos cães de serviço, o utente deverá receber formação no sentido de não exagerar no uso das capacidades do cachorro, nomeadamente aquelas que exigem um esforço físico significativo, evitando prejuízos que determinadas tarefas podem provocar na saúde do animal. O cão integrado em programas de AAA e TAA também deve estar sujeito a um determinados cuidados, cujo conhecimento terá obrigatoriamente de fazer parte da formação dos profissionais envolvidos. É ainda imprescindível que o animal esteja livre de qualquer abuso ou perigo, tenha ao seu dispor um lugar calmo no seu contexto de trabalho de que possa usufruir sempre que esteja cansado e que lhe seja permitido realizar exercício lúdico no intervalo da cada consulta/visita. Todos os cães de ajuda social devem ter uma alimentação cuidada, de acordo com as necessidades energéticas relativas a cada tipo de trabalho e, sempre que haja necessidade de mudar de ambiente, os elementos envolvidos deverão considerar esse facto como um possível gerador de stress para o animal. O período médio de vida de um Retriever ou de um Pastor Alemão é aproximadamente de doze anos. Nos períodos finais da sua vida, porém, dificilmente desempenhará de forma perfeita as tarefas para que foi treinado. Nesta altura, é fundamental que as organizações a que o cão pertence se responsabilizem por fornecer as condições ideais, com espaços lúdicos e ainda pequenas tarefas de trabalho (porque a falta destas conduz a um mal-estar por parte do animal), no sentido de lhe proporcionar, depois de tantos anos de serviço, um fim condigno.

REFERÊNCIAS

- Adams, D. L.
1997 'Animal-Assisted Enhancement of Speech Therapy: A Case Study'. *Anthrozoös*, 10 (1). pp. 53-6.
- Barba, B. E.
1995 'The Positive Influence of Animals: Animal Assisted Therapy in Acute Care'. *Clinical Nurse Specialist* 9(4). pp.199-202.
- Bauman, L.; Posner, M.; Sach, K.; Szita, R.
1995 'The Effects of Animal-Assisted Therapy on Communication Patterns with Chronic Schizophrenics'. *Latham Letter* 13 (4). pp.3-5.

- Beck, A.; Katcher, A.
 1996 *Between Pets And People: The Importance of Animal Companionship*. West Lafayette: Purdue University Press.
- Campbell, W.
 1975 *Behaviour Problems in Dogs*. Santa Barbara: American Veterinary Publications.
- Delta Society
 1996 *Standards of Practice for Animal-Assisted Activities and Animal-Assisted Therapy* Renton, WA: Delta Society.
- Duncan, S. L.; Allen, K.
 2000 'Service Animals and Their Roles in Enhancing Independence, Quality of Life and Employment for People with Disabilities'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.303-23.
- Fairman, S.; Huebner, R.
 2001 'Service Dogs: A Compensatory Resource to Improve Function. *Occupational Therapy in Health Care* 13. pp. 41-52.
- Fine, A.
 2000 'Animals and Therapists: Incorporating Animals in Outpatient Psychotherapy'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.179-211.
- Fox, M.W.
 1976 *Between Animal and Man*. Nova Iorque: Coward, McCam and Geohegan, Inc.
- Friedman, E.
 2000 'The Animal Human Bond: Health and Wellness'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.41-58.
- Fritz, C. L., Farvel, T. B., Kass, P. H., e Hart, L. A.
 1995 'Association with Companion Animals and the Expression of Noncognitive Symptoms in Alzheimer's Patients'. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 183(7). pp.459-63.

- Garrity, T. F., e Stallones, L.
1998 'Effects of Pet Contact on Human Well Being'.
In *Companion Animals in Human Health*.
Editado por C. C. Wilson e D. C. Turner.
Thousand Oaks: Sage. pp.3-22.
- Hart, B. L.
1985 *The Behaviour of Domestic Animals*. Nova Iorque:
W. H. Freeman and Company.
- Hart, L. A.
2000 'Methods, Standards, Guidelines, and Considerations
in Selecting Animals for Animal Assisted Therapy'. In
*Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical
Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por
A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.81-97.
- Haughe, E.; Milne, D.; Elliott, V.
1992 'An Evaluation of Companion Pets with Elderly
Psychiatric Patients'. *Behavioural Psychotherapy* 20.
pp.367-72.
- Heimlich, K.
2001 'Animal-Assisted Therapy and the Severely Disabled
Child: A Quantitative Study. *Journal of Rehabilitation*
67(4). pp.48-54.
- Hines, L., e Fredrickson, M.
1998 'Perspectives on Animal Assisted Activities and
Therapy. In *Companion Animals in Human Health*.
Editado por C. C. Wilson e D. C. Turner.
Thousand Oaks: Sage. pp.23-39.
- Katcher, A.; Wilkins, G. G.
1994 'Helping Children with Attention-Deficit Hyperactive
and Conduct Disorders Through Animal-Assisted
Therapy and Education'. *Dog*. *InterActions* 12 (4).
pp.5-9.
- Lane, D. R., McNicholas, J; Collis, G. M.
1998 'Dogs for the Disabled: Benefits for the Recipient
and Welfare of the Dog'.
Applied Animal Behavior Science 59. pp.49-60.
- Levinson, B. N.
1995 *Psicoterapia Infantil Asistida por Animales*. Barcelona:
Fundación Purina.

- Mallon, G. P.
1994 'Some Our Best Therapists are Dogs'. *Child and Youth Care Forum* 23 (2).pp. 89-101.
- Morris, D.
1994 *The Naked Ape Trilogy*. Londres: Jonathan Cape. Mowry, R., Carnahan, S., e Watson, D.
1994 *A National Study of the Training, Selection and Placement of Hearing Dogs*. Arkansas: University of Arkansas.
- Muschel, I. J.
1984 'Pet Therapy with Terminal Cancer Patients'. *Social-Casework* 65 (8). pp.451-58.
- Nebbe, L. (2000)
2000 'Nature Therapy'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.385-414.
- Petri, P.
1993 *Brincar com o Bebé*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pryor, K
1996 *Introducción al Adiestramiento con el Clicker*
Santiago de Compostela: Kns Ediciones.
- Redefer, L. A., e Goodman, J. F.
1989 'Brief Report: Pet-Facilitated Therapy with Autistic Children'. *Journal of Autism and Developmental Disorders* 19. pp.461-67.
- Reichert, E.
1994 'Play and Animal-Assisted Therapy: A Group-Treatment Model for Sexually Abused Girls Ages 9-13'. *Family Therapy* 21 (1). pp.55-62.
- Sachs-Ericsson, N.; Hansen, N. K.; Fitzgerald, S.
2002 'Benefits of Assistance Dogs: A Review'. *Rehabilitation Psychology* 47 (3). pp.251-77.
- Sallisbury, J.
1994 *The Beast within Animals in the Middle Ages*. Londres: Row and Ledge.
- Serpell, J.
1996 *In the Company of Animals*. Cambridge: Cambridge University Pres. Diego: Academic Press.

- Serpell, J.; Coppinger, R.; Fine, A.
2000 'The Welfare of Assistance and Therapy Animals: An Ethical Comment'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.415-31.
- Smith, S. L.
1983 'Interactions Between Pet Dog and Family Members: An Ethological Study'. In *New Perspectives on Our Lives with Companion Animals*. Editado por A. H. Katcher e A. M. Beck. Filadélfia: University of Pennsylvania Press. pp.29-36.
- Soczka, L.
2003 *A Companhia dos Lobos, o Imperativo da Vinculação*. Lisboa: Fim de Século.
- Struckus, J. E.
1991 'Pet-Facilitated Therapy and the Elderly Client'. In *Handbook of clinical Behavior Therapy*. Editado por P. A. Wisocki. Nova Iorque: Plenum Press.
- Turner, D. C.
2000 'The Role of Ethology in the Field of Human-Animal Relations and Animal-Assisted Therapy'. In *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical Foundations and Guidelines for Practice*. Editado por A. Fine. San Diego: Academic Press. pp.449-59.
- Valentine, D. P.; Kiddoo, M.; LaFleur, B.
1993 'Psychosocial Implications of Service Dog Ownership for People who Have Mobility or Hearing Impairments'. *Social Work in Health Care* 19. pp.109-25.
- Wilson, C. C.; Turner, D. C.
1998 'Quality of Life Outcomes: The Relevance of Animals to Health and Disease'. In *Companion Animals in Human Health*. Editado por C. C. Wilson e D. C. Turner. Thousand Oaks: Sage Publications. pp.159-60.
- Zissleman, M. H.; Rovener, B. W.; Shmueli, Y.; Ferrie, P.
1995 'Pet Therapy Interventions in the Geriatric Psychiatry Patients'. *The American Journal of Occupational Therapy* 50(1). pp.47-50.

A Influência Positiva dos Animais de Ajuda Social**The Positive Influence of Assistance Animals****Sumário****Summary**

O objectivo deste texto é contribuir para a compreensão dos eventuais benefícios ligados ao uso de um animal, em diferentes contextos, no âmbito da promoção do bem-estar humano e da intervenção num vasto espectro de patologias. Em particular, é salientada a importância do trabalho desempenhado pelos cães de assistência no exercício de diferentes papéis, como sejam os cães de serviço, os cães para pessoas com deficiência auditiva e os que integram programas de Terapia e Actividades Assistidas por Animais. Neste sentido, apresentam-se as exigências contextuais para a utilização de cães de assistência, nomeadamente, o devido treino, a formação específica e adequada dos profissionais envolvidos e a avaliação contínua de todo o processo de intervenção. Finalmente, refere-se ainda a importância do cumprimento de todas as regras éticas relativas à utilização dos cães que, de uma forma participada, desempenham funções altamente significativas para o aumento da qualidade de vida das pessoas.

The aim of this text is to contribute to the understanding of the advantages related to the use of an animal for the promotion of human well-being and the intervention in a large spectre of pathologies. The importance of the work performed by assistance dogs is enhanced in the exercise of different roles, such as service dogs, hearing dogs, and the ones that participate in programs of Animal-Assisted Therapy and Animal-Assisted Activities. In that sense, the contextual demands for the use of assistance dogs are presented in this text, namely, the due training, the specific and adequate formation of the professionals involved and the continuous evaluation of all the intervention process. Finally, it is also stressed the importance of the fulfilment of the ethical rules associated to the use of dogs which, in a participative way, perform highly significant tasks for the increase of people's quality of life.